

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA PEDAGÓGICA APINAYÉ¹

Victor Fernandes Borges²

Luciana Costa Dias³

Francisco Edvigés Albuquerque⁴

Universidade Federal do Tocantins- UFT . E-mail fedvigés@uft.edu.br

RESUMO

Neste trabalho apresentamos um olhar sobre a formação do professor indígena Apinayé das Escolas Estaduais Mãtyk e Tekator nas aldeias São José e Mariazinha, no município de Tocantinópolis –TO. Relatamos o histórico do povo Apinayé com alguns aspectos sociais e culturais, na sequência direciona-se o olhar sobre a escola indígena e a formação do professor, por conseguinte, traçamos abordagens acerca das práticas pedagógicas dos professores indígenas que evidenciam suas reflexões sobre a constituição identitária do povo Apinayé. Tivemos como base, o estudo bibliográfico de autores que desenvolvem pesquisas sobre a Educação Escolar Indígena, mediante a estes estudos levantamos questionamentos referentes ao processo de formação dos professores indígenas e a prática pedagógica. Nota-se, que as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores da Educação Escolar Indígena são de extrema relevância para a permanência da cultura do povo Apinayé.

Palavras chave: Educação Escolar Indígena. Formação do professor. Indígena Apinayé. Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz uma abordagem sobre a Formação do Professor indígena Apinayé e suas práticas pedagógicas a partir das ideias de Albuquerque e Almeida acerca dos estudos e pesquisas direcionadas ao povo Apinayé, além das considerações de Roberto da Matta que apresenta a estrutura social deste povo.

¹ Trabalho Curricular.

² Graduado em Letras pela Faculdade Integrada de Araguatins (FAIARA), Especialista em Ensino de Espanhol (FUNPAC) e Especialista em Gestão Pública Municipal (Universidade Federal do Tocantins (UFT), Mestrando em Ensino de Língua e Literatura (UFT). Autor do trabalho. e-mail: vfb270@hotmail.com

³ Graduada em Letras e Especialista em Língua Espanhola pela Faculdade Integrada de Araguatins (FAIARA). Co-autora do trabalho.e-mail: lucian.acosta@hotmail.com

⁴ Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e coordenador do Laboratório de Línguas Indígenas (LALI) e orientador do trabalho.e-mail: fedvigés@uol.com.br

Nesta pesquisa, foram utilizados depoimentos orais de alguns professores indígenas que relataram sobre seus anseios acerca das práticas pedagógicas que possibilitam o fortalecimento de sua cultura mediante a Educação Escolar Indígena. Por questões éticas e em busca da preservação da identidade dos professores entrevistados, não será revelado o nome verdadeiro dos entrevistados, buscou-se enumerar os professores entrevistados para não serem identificados.

ASPECTOS HISTÓRICOS APINAYÉ

De todos os grupos tribais de língua Jê, os Apinayé são sem dúvida os índios mais famosos [...]. Enquanto a maioria dos Grupos Jê foram incorporados à história brasileira e aí enquadrados por um conjunto de estereótipos bastante negativos, os Apinayé alcançaram um lugar de relativa segurança na estrutura regional. (DA MATA, 1976, p.15).

Atualmente, o povo Apinayé encontra-se no território conhecido como Bico do Papagaio, localizado na região extrema no norte do Tocantins, especificamente, nas áreas de Cachoeirinha, Maurilândia, São Bento e Tocantinópolis, totalizando uma área de 141.904 ha, cujo a demarcação deste território foi publicado pelo decreto nº 90.960 de 14 de fevereiro de 1985. Os apinayé são índios descendentes dos Timbira, o que evidencia algumas características, como formato da aldeia em círculo, fazendo com que no meio fique o pátio, local de reuniões e realização de rituais (DA MATA, 1976).

Tendo em vista todos os impactos que a comunidade indígena Apinayé já passou, nota-se o aumento significativo da população. De acordo com Almeida 2012, baseado nos dados da (FUNASA, 2010), o grupo teria uma população de 1.847 indígenas e atualmente 2.266 (SESAI,2013) assim, constata-se o crescimento populacional de 22,36% em relação ao ano de 2010. Assim, as aldeias São José e Mariazinha continuam sendo as mais populosas, ambas situadas no município de Tocantinópolis.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA APINAYÉ

Ao analisar o processo histórico do Brasil, especificamente, no período de colonização e invasão dos portugueses, afirmar-se que os interesses intrínsecos dos colonizadores prevaleceram durante séculos. Nesse sentido, o processo de catequização dos jesuítas buscava a conversão dos nativos ao cristianismo e a escravização para o trabalho. Por muito tempo, a afirmação da nacionalidade brasileira foi defendida com o extermínio de línguas indígenas, deste modo, a escolarização visava o ensino do português e o enfraquecimento da língua materna dos indígenas.

Segundo Albuquerque (2011, p. 66) “a educação escolar indígena entre os Apinayé foi introduzida na década de 1960, nas aldeias São José e Mariazinha, por Patrícia Ham, membro do SIL no então Estado de Goiás”. Nota-se que neste período conforme afirma Leitão (1997, p. 59) *apud* Albuquerque (2011, p.65) “até aquele momento, a educação escolar indígena brasileira baseava-se nas tentativas de alfabetização das crianças indígenas na língua portuguesa”.

Durante muitos anos, os professores indígenas Apinayé alfabetizavam as crianças com as cartilhas que foram produzidas por membros do Summer Institute of Linguistic- SIL. Assim, com o passar do tempo, estes materiais foram desaparecendo das bibliotecas das escolas, já passaram mais de 50 anos, desde os primeiros exemplares destas cartilhas, além disto, o manuseio e a rotatividade desencadearam para a extinção de muitos exemplares. Atualmente, estes materiais não caracterizam foneticamente o real significado da língua Panhã, pois, ao longo do tempo a língua passou por várias modificações, pois, trata-se de um sistema vivo.

O material didático produzido pelo SIL, apresenta uma linguagem artificial e fragmentada, visto que este material não foi produzido pelos próprios indígenas. O material didático, que não é construído na língua da criança indígena, não reflete a verdadeira cultura e língua materna da sociedade Apinayé, pois não considera os aspectos sociolingüísticos desse grupo. (ALBUQUERQUE 2011, p 43).

Nestas últimas décadas do século XXI, o Laboratório de Línguas Indígenas – LALI/UFT, em parceria com a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, professores indígenas, sob a coordenação do linguista e pesquisador Francisco Edviges Albuquerque, desenvolveram vários projetos de Apoio pedagógico à Educação Escolar Indígena do povo Apinayé, que culminaram na produção e publicação de materiais didáticos que são utilizados como ferramentas na prática pedagógica diferenciada.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA APINAYÉ

Analisando a trajetória de alguns professores indígenas que atuam nas escolas Mãtyk e Tekator das aldeias São José e Mariazinha, percebemos que muitos deles são frutos da própria comunidade, tendo em vista, o contato desde cedo com a educação escolar indígena. Alguns professores possuíam apenas a 4º série, quando iniciaram a lecionar em sala de aula, neste ínterim, muitos concluíram o curso de Formação em Magistério Indígena, executado pela equipe da Secretaria Estadual de Educação- SEDUC, no qual o curso seria específico para os indígenas do

Tocantins. Além disto, um número reduzido de professores concluiu o 3º grau em Licenciatura Intercultural, na Universidade Federal de Goiás.

Até no presente momento, encontramos professores indígenas cursando graduação na UFG, deslocam-se com a família até Goiânia – GO, permanecendo especificamente, nos meses de julho e dezembro, no período correspondente a férias e recesso escolar.

É importante ressaltar, que a efetivação de uma formação que habilite o professor indígena a exercer uma pedagogia que contemple a amplitude de normas e leis a favor dos interesses e reivindicações dos indígenas em nosso país, notadamente em relação à manutenção e /ou revitalização de suas Línguas Maternas, é uma questão de política pública (ALMEIDA, 2012, p. 202).

A Universidade Federal do Tocantins – campus Tocantinópolis, disponibilizou ao todo 240 vagas somente no ano de 2016, no curso de Educação do Campo, sendo 120 vagas no primeiro semestre e as outras 120, no segundo semestre. Estas vagas foram distribuídas por meio dos 04 sistemas de seleção no país, o Sistema Universal; o Sistema de Cotas para Etnia Indígena; Sistema de Cotas para Quilombola e o Sistema de aplicação da Lei 12.711/2012, esta lei refere-se a reserva de 50 % das vagas para os alunos oriundos do ensino médio público. Deste modo, os candidatos tiveram que optar por um destes Sistemas.

Neste seletivo aproximadamente 20 (vinte) indígenas teriam submetido ao vestibular, entretanto, apenas 05 (cinco) foram aprovados. As dificuldades encontradas no caminho pelos indígenas até a Universidade são imensuráveis, onde permanecer e afirmar-se como acadêmico indígena chega a ser quase impossível. Diante das objeções, a dificuldade no domínio da língua não materna, despesas com alimentação, transporte, materiais didáticos e moradia são indispensáveis para a continuidade dos estudos.

UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA DIFERENCIADA

O processo de educação indígena a priori, inicia-se no seio familiar, na interação com os pais, avós irmãos e demais membros da família, sejam por uso da comunicação oral ou visual, por meio da arte, da fala, rituais e demais costumes. É nessa relação familiar que as crianças vão adquirindo conhecimento, sobre os costumes, as responsabilidades domésticas, o trabalho na roça, a divisão de tarefas, [...] todo esse conhecimento é repassado oralmente na língua materna Almeida, Albuquerque (2012, p. 74).

Quando as crianças chegam à escola entram em contato com outra realidade, pois, as cercas, as matas, os riachos e o pátio não fazem mais parte do seu limite geográfico. Daí por diante, as

paredes de tijolos, geralmente, pintadas na cor branca, o quadro negro e um (a) professor (a) indígena, passarão a ser referências para o aluno indígena naquele momento.

Vejamos a fala de um professor:

Precisamos manter, fortalecer a cultura Apinayé. Acho ruim perder esta identidade, por isso estamos trabalhando nossa língua, esta identidade é uma forma para não acabar com nosso povo. Temos que revitalizar as culturas quase perdidas. O conto indígena sempre se apresenta na escola para fortalecer, incentivar a eles, ensinando a pensar a ser como são. Eu já pensei em ser assim, mas, não deixarei de ser indígena. Posso ter carro, celular, mas, serei indígena. Sempre digo aos alunos: a escola é nossa, quero que vocês continuem, terminem a faculdade e assumam o papel na escola. (PROFESSOR 1, ESCOLA TEKATOR, MARIAZINHA).

A Educação Escolar Indígena tem respaldo legal e fundamentação da prática pedagógica na Lei de Diretrizes e Bases- LDB 9.394/96, tais objetivos da educação visam o fortalecimento das práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade; manter programas de formação pessoal especializado, destinado à educação escolar nas escolas indígenas; desenvolver currículos e programas específicos neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e por ultimo elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Nestas duas escolas indígenas os professores propiciam aulas diferenciadas, por exemplo: nas aulas de ciências, os professores levam os alunos até a mata e inicia sua aula ali mesmo, apresentando os nomes das plantas e suas utilidades fitoterápicas, nas aulas de história, os professores levam os alunos a um casamento na comunidade para mostrar os rituais que envolvem a união matrimonial. Nos demais eventos da escola, os professores e coordenadores trazem até a escola um (a) ancião para contar - lhes um pouco da história do povo Apinayé, geralmente, retratam mitos, contos, cantigas, danças e outros costumes tradicionais.

Os Professores Apinayé têm buscado preservar e fortalecer a identidade indígena por meio da prática pedagógica. Sendo assim, com o avanço das tecnologias, algumas crianças assistem Tv, escutam o rádio, e com isso chegam à escola com alguns costumes não indígenas, tudo isto vem em desencontro com as práticas educacionais destas escolas, que buscam a efetividade da sua língua materna. Veja o comentário de um professor entrevistado:

Eu faço aula diferenciada, aula na mata para conhecer as plantas nativas. Levo os alunos até os anciãos para contar história, vão até a mata tirar folha de babaçu para fazer artesanato.

Eles estão aprendendo as pinturas, eles tavam perdendo a cultura. Mas agora os mais velhos estão cantando no pátio , muitos estão tendo este conhecimento. As crianças do kupen aprendem rápido e as crianças indígenas tem muita dificuldade de aprender a escrita e leitura da segunda língua. (PROFESSORA 2, ESCOLA TEKATOR, MARIAZINHA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foram expostos pensamentos acerca das práticas utilizadas na sala de aula por professores indígenas Apinayé para a afirmação da cultura do povo Apinayé por meio da prática pedagógica de professor indígenas. Os professores da Educação Escolar Indígena têm buscado afirmar a identidade do povo Apinayé por meio da oralidade e escrita, na busca da valorização do patrimônio histórico e cultural, através da língua, do artesanato, mitos, rituais, danças, pinturas e demais costumes deste povo.

Em meio a tantas dificuldades, a equipe escolar vem lutando por uma formação digna dos sujeitos envolvidos. Todas estas informações nos remetem ao processo histórico e de evolução da sociedade brasileira, estas reflexões nos faz perceber o quanto já avançamos e o quanto ainda teremos que avançar diante desta atual conjuntura econômica e política que enfrentamos hoje.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALBUQUERQUE, F.E.; ALMEIDA, S.A. (Org). Educação Escolar Indígena e Diversidade Cultural. Goiânia: América, 2012.

ALBUQUERQUE, F.E (Org). A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilingue e Intercultural. Goiânia: América, 2011.

ALMEIDA, S. A. A educação escolar Apinayé de São José e Mariazinha: um estudo sociolingüístico. Goiânia: América, 2012.

DA MATTA, R. Um mundo dividido: A estrutura social dos Índios Apinayé, Petrópolis: Vozes, 1976.

HÉDIO, S. J; BENTO, M. A.S. Práticas pedagógicas para igualdade racial na educação infantil. São Paulo: CEERT, 2011.

MACHADO, H. V. A Identidade e o Contexto Organizacional: Perspectivas de Análises. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rac/v7nspe/v7nespa04.pdf. Acesso em: 22.06.2016.

MAHER, T. J. M. Políticas lingüísticas e Políticas de Identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/vol10iss1articles/maher.pdf Acesso: 15.06.2016.